

# Em cinco anos bancos fecham 16 balcões nos Açores

*Rede de balcões da banca diminuiu quase 12% nos Açores entre os anos de 2015 e 2020. Só no concelho de Ponta Delgada desapareceram 10 agências bancárias. Em 2015 existiam 139 balcões a funcionar nos vários concelhos da região, passando, cinco anos mais tarde, a 123 balcões, tendo-se registado uma redução de 16 agências bancárias nos Açores até 2020.*

Os bancos têm vindo a fechar balcões, nos últimos anos, em diversos concelhos dos Açores. É uma tendência que se tem vindo a acentuar na última década.

Mas nem todos os concelhos perderam balcões. Houve alguns, embora poucos, que até viram a rede bancária crescer. É o caso de Santa Cruz da Graciosa e a Calheta de São Jorge que em 2015 tinham três balcões e passaram ambos para quatro em 2020.

Santa Cruz das Flores assistiu igualmente à abertura de mais uma agência bancária, passando de dois para três balcões no mesmo período.

O concelho, nos Açores, que registou o maior número de abertura de balcões no período em análise foi o das Velas de São Jorge. Em 2015 tinha quatro balcões, tendo duplicado o número em 2020, contando com oito balcões abertos. Este concelho chegou a ter em 2018 e 2019 um total de 10 agências bancárias.

Segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal, verifica-se que os concelhos açorianos que não ganharam nem perderam balcões, mantendo estável o número de agências bancárias entre os anos de 2015 e 2020, foram Vila do Porto com três, o Nordeste com quatro, Madalena do Pico com seis, Vila do Corvo com dois balcões e Angra do Heroísmo que se manteve com doze



balcões, embora em 2016 tenha passado para dez e em 2017 para oito balcões. Nos anos seguintes conseguiu recuperar e voltou para os doze balcões.

Ainda no grupo dos concelhos que manteve o número de agências bancárias, destaca-se o caso da Ribeira Grande. Este concelho tinha em 2015 treze balcões, registando cinco anos mais tarde o mesmo número. Entretanto em 2018 e 2019 chegou a ter catorze balcões.

Um dos factores que tem contribuído para a diminuição do número de agências bancárias tem sido a política de fusões e aquisições que se tem verificado no sector bancário nos últimos anos fazendo com que os bancos optem por encerrar

balcões para diminuir custos em zonas onde a sua presença passou a ser maior devido à fusão de redes bancárias e, por via disso, ao decréscimo da concorrência entre bancos em certas localidades.

Esta política de concentrações na banca levou também a despedimentos e supressão de postos de trabalho em localidades que muitas vezes têm pouca oferta de trabalho mais qualificado.

Os bancos têm justificado o fecho de balcões com a digitalização dos serviços e a mudança de padrões dos clientes, que se deslocam com menos frequência aos espaços físicos. A redução de balcões permite, igualmente, o emagrecimento de custos, comportamento que têm seguido

para fazer face ao estrangulamento dos proveitos que têm sentido.

Diversos concelhos da Região assistiram ao fecho de agências bancárias entre 2015 e 2020. Os concelhos que perderam, neste período, um balcão bancário foram a Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, São Roque do Pico, Povoação e Vila Franca do Campo. Em igual período o concelho da Lagoa perdeu dois balcões.

As maiores perdas registaram-se na Praia da Vitória e em Ponta Delgada.

O concelho da Praia da Vitória perdeu cinco agências bancárias. Em 2015 dispunha de dez balcões passando para cinco em 2020. No caso do concelho de Ponta Delgada a perda foi mais acentuada. Tinha, em 2015, quarenta balcões e passou, em 2020, para trinta balcões, registando uma perda de dez agências bancárias em cinco anos, de acordo com informação divulgada pelo regulador do sector bancário em Portugal.

Embora os dados recentemente lançados pelo Banco de Portugal só mostrem a actualização do número de balcões bancários até ao final de 2020, já em 2021, nos Açores, registou-se o encerramento de mais algumas agências bancárias que acentuarão o cenário negativo nos Açores.

PV

## Detenção de 3 indivíduos em Ponta Delgada por tráfico de estupefacientes e branqueamento de capitais

A Divisão Policial de Ponta Delgada, através da Esquadra de Investigação Criminal, ultimou, recentemente, diligências de investigação que culminaram na acusação de 3 arguidos, no concelho de Ponta Delgada, indiciados da prática dos crimes de tráfico de estupefaciente, branqueamento de capitais, furto qualificado e condução sem habilitação legal.

Decorrente de diligências investigatórias a cargo da Esquadra de Investigação Criminal da PSP de Ponta Delgada, as quais decorreram a coberto de um inquérito-crime, dirigido pelo Ministério Público de Ponta Delgada, foi possível reunir vários elementos probatórios que apontam um dos arguidos enquanto autor de 4 furtos qualificados, ocorridos em diferentes locais do concelho de Ponta Delgada, concretamente no interior de residências particulares.

No decurso das diligências efectuadas pelos Investigadores da PSP foi, também, possível recolher fortes indícios de que o arguido, para além dos vários assaltados

às residências, se dedicava, em comunhão de esforços com um outro arguido, ao tráfico de estupefacientes, sendo tais suspeitas totalmente sustentadas aquando da realização de duas operações policiais distintas que permitiram a detenção de ambos os arguidos e na apreensão de 1354 doses de haxixe e 30 doses de liamba.

Ainda relacionado com o tráfico de estupefaciente desenvolvido pelos arguidos procedeu-se à apreensão de cerca de 13.810 euros e 2 viaturas automóveis por haver fortes indícios de se correlacionarem com a actividade desenvolvida pela rede criminosa.

No seguimento das diligências processuais levadas a cabo pela PSP sob a direcção do Ministério Público de Ponta Delgada foram, ainda, recolhidos elementos probatórios consistentes que implicam o principal arguido do processo na prática de 2 crimes de branqueamento de capitais, em co-autoria com outros dois suspeitos. O principal visado na in-



vestigação, após ter sido detido pela PSP, encontra-se a aguardar julgamento em prisão preventiva, tratando-se de um arguido já reincidente na prática de vários crimes contra o património. O Comando Regional da PSP dos Açores reitera que a prevenção e o combate ao tráfico de estupefacientes e criminalidade associada

continuarão a ocupar um plano privilegiado na acção estratégica de intervenção policial, de forma a garantir não só a ordem, segurança e tranquilidade pública mas também enquanto contributo decisivo para a saúde e bem-estar da comunidade presente em toda Região Autónoma dos Açores.